

Despacho n.º 63/2020

Considerando que:

. O candidato **Paulo Sérgio Beco Pinto Reis** solicitou ao Presidente do IPV a realização das provas para atribuição do título de especialista na área de Finanças (CNAEF 343).

. De acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de agosto e artigo n.º 12.º do Regulamento para Atribuição do Título de Especialista do Instituto Politécnico de Viseu (IPV), aprovado por Despacho do Presidente do IPV, de 1 de junho de 2010 (publicado em Diário da República sob n.º de Regulamento 523/2010, 2.º série, n.º 111 de 9 de junho), compete ao Presidente do IPV a nomeação do Júri das provas para atribuição do título de especialista nos casos em que o Instituto se constitui como instituição instrutora;

. Por força dos normativos legais supra citados, concretamente o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 e alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento, o Presidente do Júri é o Presidente do IPV, podendo esta competência ser delegada nos termos do n.º 4 do artigo 12.º daquele diploma e n.º 4 do artigo 13.º do Regulamento.

Pelo presente Despacho:

Delego a presidência do júri das provas para atribuição do título de especialista na área de Finanças, no Professor José Augusto Rosa Bastos, Vice-Presidente deste Instituto.

E

- Designo, para integrarem, como vogais, do mesmo Júri as seguintes individualidades:



- Mario Jorge Sacramento dos Santos, Professor Adjunto, proposto pelo Instituto Politécnico de Coimbra, ao abrigo do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de agosto.
- Carla Manuela da Assunção Fernandes, Professora Adjunta, proposta pela Universidade de Aveiro, ao abrigo do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de agosto.
- Luís Fernandes Rodrigues, Professor Coordenador, proposto pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de agosto.
- Rui Manuel Leão Martinho, Bastonário da Ordem dos Economistas, proposto pela Ordem dos Economistas, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de agosto.
- Nuno Miguel Pascoal Crespo, vogal da direção da Ordem dos Economistas, proposto pela Ordem dos Economistas, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de agosto.

Viseu,

O Presidente do IPV,  
(João Monney Paiva)